



Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete da Senhora Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares
Dr. João Bezerra da Silva

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
663	28-06-2022	Nº: 854/2022 ENT.: 3006/2022 PROC. Nº: 22.01/2022	09-08-2022

ASSUNTO: Pergunta nº 304/XV/1.^a (BE)

- Desigualdade na atribuição de silos e secadores de arroz à APARROZ e a outras organizações de produtores

No seguimento da pergunta parlamentar nº 304/XV/1^a, dirigida a esta área governativa, cumpre informar:

- A fixação da contrapartida financeira a pagar por entidades privadas às quais seja cedida a utilização de um prédio do domínio privado do Estado é da competência da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), cabendo também a esta entidade a fixação das condições de cedência, nos termos do artigo 54.º do DL 280/2007, 07/08. Assim, no âmbito destas matérias e para os devidos esclarecimentos, sugere-se a consulta da área governativa das Finanças.
- No caso concreto dos cereais, tendo em consideração a acentuada diminuição da produção de cereais que se tem vindo a verificar nas últimas décadas, assim como a reconhecida baixa taxa de aprovisionamento do país, a importância dos cereais na dieta alimentar e o potencial da produção cerealífera, com conseqüente relevância nos mecanismos de planeamento civil de emergência, e atendendo, ainda, ao momento crucial em que se iniciou a discussão da futura Política Agrícola Comum (Pós -2020), em 26 de junho de 2017 foi publicado o Despacho n.º 5562/2017, que criou o Grupo de Trabalho de Cereais para a promoção da produção nacional de cereais, com a missão de propor a estratégia nacional e o plano de ação para a promoção do desenvolvimento da cultura dos cereais em Portugal.
- O Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) e foi constituído por representantes do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), da Associação Nacional de Produtores de Cereais (ANPOC), da Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS) e da Associação de Orizicultores de Portugal (AOP), tendo contado ainda com o contributo de cerca de 25 organizações do setor e de várias personalidades com trabalhos relevantes nesta área.
- Em julho de 2018, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2018, foi aprovada a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, que definiu três objetivos estratégicos desenvolvidos em objetivos operacionais orientados para a redução da dependência externa, para a consolidação e aumento de áreas de produção, para a criação de valor na fileira e para a viabilização da atividade produtiva em todo o território nacional.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA
DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

- No âmbito destes objetivos, foram definidas 17 medidas prioritárias que incidem sobre as mais diversas áreas e que se encontram em fases de implementação diversas.
- Mais esclarecemos que, para reforço de capacidade de armazenagem, abriu, a 29 de julho, um Aviso específico, no âmbito do PDR 2020, para apoiar o aumento da capacidade de armazenagem na indústria da moagem e rações (10 M€).
- Além disso, no âmbito da medida de crise financiada pelo FEADER, está prevista a alocação de 1 M€ para apoio às empresas secadoras de cereais (milho e arroz), tendo em vista compensar o aumento de custo de energia com a secagem.

Com os melhores cumprimentos,

P/ O Chefe do Gabinete

Joel Vasconcelos

Mário Ribeiro
Chefe de Gabinete
em substituição